

CONSTRUINDO UMA NOVA IDENTIDADE: ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA – 1933-1945¹

Elizabeth Johansen² - UEPG

A identidade de uma comunidade não pode ser definida unicamente a partir da ocupação de territórios determinados ou da somatória de diferenças existentes entre grupos distintos, mas, de acordo com Fredrik Barth, deve-se levar em consideração as multiplicidades culturais, as características que os próprios atores sociais consideram como significativas, construídas por um processo de expressão e validação contínua.³ A partir desse pressuposto, a Escola Sagrada Família, criada em 1933, foi analisada como uma instituição participante no processo de formação educacional de crianças descendentes de poloneses e de ponta-grossenses em Ponta Grossa. Estudando a prática educacional desenvolvida no educandário percebeu-se uma *mudança* de identificação. Para a análise dessa transformação verificou-se que existem “sinais manifestos (...) que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida”.⁴ Muitos desses *sinais manifestos*, como Barth apresentou, foram inicialmente contemplados na ação educacional das religiosas polonesas da Congregação Franciscana das Irmãs da Sagrada Família, auxiliando na manutenção e no reconhecimento da identidade dos poloneses estabelecidos em Ponta Grossa e que estudaram na escola.

A identidade, no caso dos imigrantes, é “dada pela origem e atualizada através de certos elementos culturais considerados importantes: a língua materna, a capacidade de trabalho, (...), a participação nas atividades das associações”⁵, como a Igreja ou a escola da comunidade. Para Giralda Seyferth, a identidade é uma concepção calcada em valores culturais reais, que persistem como uma “marca diferenciadora dos descendentes de imigrantes, o que influencia o seu comportamento na sociedade mais ampla”.⁶

Para atingir os filhos de imigrantes poloneses, as irmãs da Sagrada Família possibilitaram a formação de um *habitus* religioso. Dessa forma, as igrejas e seus representantes desempenharam um papel muito importante, porque para muitos imigrantes “a intensidade da fé é tomada como valor étnico, e o clero, pelo menos até a década de

1930, estimulou essa concepção”.⁷ Foi comum para o imigrante a associação da fé católica com o nacionalismo, ao mesmo tempo em que nas escolas direcionadas a essa clientela estrangeira propiciou-se a manutenção de sua cultura de origem. Era a continuação do lar, o local em que o aluno aprendia a língua, os valores e as tradições de seus ancestrais.

O início das atividades escolares do educandário foi vinculado ao atendimento a uma clientela determinada – filhos de imigrantes poloneses. Para cativar, manter e conquistar novos alunos deveria proporcionar o atendimento às necessidades que esse grupo em especial possuía. Muitos alunos necessitavam do estabelecimento, pois por mais que já tivessem nascido no Brasil não sabiam falar português.

O cuidado com o ensino em português, como na língua de origem do imigrante, foi uma preocupação que permeou a atuação de líderes religiosos católicos. Dessa forma, evitavam-se problemas com a sociedade paranaense e com o governo estadual. Para tanto, desde 1923, a Madre Provincial da Congregação da Sagrada Família, irmã Bronislava Burlaga, buscou cursos para habilitar as religiosas de sua comunidade a lecionarem legalmente, já que os professores estrangeiros eram submetidos a exames periódicos de português.⁸

A partir de 1938, com a política de nacionalização de Getúlio Vargas, as escolas para imigrantes tiveram que se adaptar à legislação vigente e utilizar somente o português como língua nos estudos. “Nós ia começar em polonês, mas daí veio aquela revolução, sabe? Porque eu fiz a Primeira Comunhão, que era tudo em polonês, eu fiz com 7 anos, 1937, daí não deixaram mais. (...) Então eu comecei a aprender em polonês e daí parou”.⁹

Para Giralda Seyferth, a campanha de nacionalização eliminou os canais formais de atualização da identidade dos grupos imigrantes estabelecidos no Brasil, pois proibiu o ensino em língua estrangeira. “O objetivo [dessa campanha] era forçar a assimilação por meio da obrigatoriedade do ensino em português, supondo que isto teria como resultado uma utilização cada vez menor das línguas de origem, (...) esperava impor valores nacionais brasileiros que viessem substituir o sentimento de pertencer a outras nacionalidades”.¹⁰

Como o trabalho das religiosas polonesas não deveria ficar restrito apenas a questões pedagógicas, as práticas educacionais também contaram com a organização de outras formas de atuação como um coral para apresentar-se na Igreja São João e posteriormente na Igreja Sagrado Coração de Jesus, ambas da comunidade polonesa local.

Elas ensinavam na igreja, tinha o coral e cantavam em latim, em português, em polonês. (...) Se viesse um sacerdote diferente a homenagem era (...) em latim (...). Em maio, junho, outubro, era novena diariamente e era cantado no coro, era (...) da Nossa Senhora, do Sagrado Coração, em polonês e às vezes em português. Dependia da situação, (...) se o padre Roberto começasse em polonês, era em polonês, se fosse em português, português, se era em latim, era latim mesmo.¹¹

Para a década de 1930, a utilização do latim nas músicas sacras cantadas nas celebrações religiosas era uma prática habitual. No entanto, o uso do polonês em outros hinos e novenas realizadas no decorrer do ano demonstra que esse elemento identitário foi utilizado para auxiliar e reforçar o processo de evangelização romanizado.

O idioma, de acordo com Barth, é um *senal manifesto* apto a identificar os membros de um grupo. Transferindo essa idéia para a escola percebe-se que existem diversos outros *senais manifestos* capazes de determinar a identidade de uma comunidade de alunos, como é o caso do uniforme e do prédio ocupado. Assim como a utilização da língua polonesa foi um elemento importante para as atividades iniciais, a definição de um vestuário que identificasse os alunos demonstra uma preocupação que permeou as ações das religiosas.

Já por volta de 1935, encontrou-se o registro de um uniforme capaz de fazer com que os alunos se identificassem com a Escola Sagrada Família e fossem reconhecidos pela sociedade local como componentes daquele estabelecimento de ensino:

O uniforme era azul do céu, lindo (...). Quer dizer, pras meninas era saia pregueada e blusa branca, mas era uniforme de gala, era lindo aquele uniforme e depois a irmã não encontrava mais daquele material, daí era um azul escuro. O azul, aquele azul da cor do céu (...) era do colégio. O azul escuro era normal.¹²

Com o desenvolver das atividades, a casa existente no terreno adquirido para estabelecer a escola na cidade tornou-se inapropriada, pois não tinha condições de acomodar o número crescente de alunos. Em 1935, iniciou-se a construção de um novo prédio. As conquistas materiais demonstram o reconhecimento da escola pela comunidade.

A partir dessa construção, o educandário passou a ter uma outra visibilidade, isto é, a sociedade local estava convivendo com um estabelecimento escolar que havia fincado raízes na cidade. Não era apenas uma *casinha de madeira* criada para atender os filhos de poloneses, era um prédio de alvenaria com dois pavimentos, capaz de impactar a clientela escolar, seus familiares e qualquer habitante da cidade. “Nesse sentido, a ‘fisionomia’ das cidades sofre o impacto não só da concentração de pessoas (...), mas também da presença de clubes, igrejas e outras instituições associadas a determinados grupos étnicos”.¹³

A procura pelos serviços torna claro que a escola estava perdendo seu caráter de *collegio polonez*, pois os alunos internos provinham de outras regiões da cidade, nem sempre habitadas por poloneses. “Eles moravam em Itaiacoca, Periquitos, Uvaia, ou mesmo que nem os Borsato que moravam longe, então não tinha escola naquele tempo, assim, e eles queriam um colégio e tinham que deixar interno para estudar”.¹⁴

Nesse fragmento da entrevista, a ex-aluna apresenta a aceitação na escola de alunos que não eram os filhos de poloneses, mas daqueles que vinham de diversos pontos da cidade, assim como de diferentes origens. Por outro lado, significa que os habitantes de Ponta Grossa já não estavam mais reconhecendo a Escola Sagrada Família como um estabelecimento para poloneses, mas provavelmente para ponta-grossenses e, portanto, possuidora de características identitárias com as quais os cidadãos se identificavam.

No período estudado a escola ofertou o curso primário, com duração de cinco anos. As disciplinas eram: Português, Aritmética, Geografia, História, Ciências Físicas e Naturais, além de Civismo e Moral, e Higiene. Essas disciplinas foram identificadas pelas ex-alunas que estudaram a partir de 1937, isto é, o currículo estava organizado de acordo com a legislação vigente, enquadrando-se à política de Vargas, que previa aulas de Civismo e Moral. A finalidade da matéria era despertar nos alunos o amor à República e a consciência patriótica¹⁵, mas possuía intenções nacionalizantes para os estudantes filhos de imigrantes.

No processo de inculcação de um *habitus* pretendido no aluno, a escola trabalhou com diversos pontos, desde o catolicismo romanizado até o enquadrar-se a um modelo ideal de estudante e futuramente cidadão. Para tanto, era necessária a transmissão de um corpus

de conhecimento. No fragmento a seguir isso transparece tanto na metodologia criada para a alfabetização, quanto nos assuntos ministrados em sala de aula. Muitas dessas matérias só teriam finalidade prática quando o aluno estivesse no mercado de trabalho.

Geralmente no primeiro ano era só iniciação, eu me lembro até que (...) colocava uns fios de mais ou menos um metro e tinha uma bacia de água e ela molhava esses fios e ela escrevia uma letra bem grande no quadro e daí nós conforme essa letra, nós tinha que olhar no quadro e fazer, esculpir na carteira. Então acertava bem com o fio, daí ela mandava passar na lousa pequena assim. (...). Nós no quinto ano, a gente aprendia regra de três simples, composta, juro, negócio de câmbio, que hoje eu não sei mais, tudo a gente foi aprender a fazer na escola.¹⁶

Nesse momento percebe-se o quanto as propostas educacionais católicas estavam imbricadas às governamentais, pois em ambas encontra-se a valorização da disciplina, a perseverança no trabalho e a consciência da responsabilidade. Tal discurso encontra-se no parágrafo único do art. 3º do Decreto-lei n. 2.072, de 1940:

A educação moral procurará ainda formar nas crianças e nos jovens de um e outro sexo os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da missão de pais e de mães de família. Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos.¹⁷

No período em questão, a instituição escolar não se restringiu às práticas pedagógicas desenvolvidas apenas no interior das salas de aula. O educandário promoveu outras para os seus alunos, que variaram segundo as orientações governamentais ou obedecendo ao calendário cívico-religioso. A Escola Sagrada Família, dentro de suas possibilidades, participou das comemorações cívicas ocorridas na cidade. Algumas ex-alunas descreveram as comemorações que contaram com a participação dos alunos.

Sempre era lembrado datas cívicas, por exemplo, o dia Sete, chamava-se até de passeata. Geralmente era feita lá na Concha Acústica, geralmente primeiro tinha a missa e depois os alunos de cada escola faziam aquelas poesias, os discursos e depois é que saiam em passeata pela avenida e voltavam para a praça.¹⁸

Essa aluna estudou na escola de 1937 a 1943. Percebe-se que passados dez anos da vinda das religiosas para a criação do educandário, ele já não poderia mais ser visto apenas como um *collegio polonez*, mas como um estabelecimento de ensino integrado às práticas cívicas correntes naquele momento. Enquanto a instituição escolar restringiu a sua

atuação junto à comunidade polonesa local, estabeleceu e trabalhou com certos sinais manifestos caracterizadores de uma identidade polonesa. Por outro lado, a partir da inclusão da escola nas cerimônias cívicas, encontram-se elementos definidores de uma nova identidade ou que buscavam forjar uma identidade: ser brasileiro em Ponta Grossa.

Para Barth, a identidade é um processo de construção e reconhecimento, isto é, “as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significativas”¹⁹ acarretando “processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais”.²⁰ Assim, é possível analisar a participação dos alunos nas festividades cívicas e a aceitação da matrícula de crianças vindas de regiões não povoadas por poloneses, como um momento de transição para a escola, ou seja, outros sinais manifestos tornam-se capazes de reconstruir e buscar o reconhecimento de uma nova identidade.

No entanto, o que não se pode esquecer é que, durante o Governo Vargas, as escolas particulares, principalmente as que possuíam algum vínculo com os imigrantes, precisavam do reconhecimento oficial para funcionar. Portanto, necessitavam se adaptar às novas diretrizes apresentadas pelo governo, inclusive a participação em momentos cívicos e a “difusão do sentimento nacional”.²¹ Dentro da proposta de nacionalizar o sistema de ensino e tudo o que estivesse relacionado à sociedade através de uma legislação impositiva, até mesmo as celebrações cívicas adquiriram um caráter nacionalizante. “A comemoração das festas cívicas brasileiras se tornou obrigatória nas comunidades com predominância de população de origem estrangeira”²², o que era o caso de Ponta Grossa.

Os esforços impositivos da administração pública voltaram-se para a formação do patriota. De acordo com Fernando de Azevedo, as escolas detinham um poder muito grande, pois possuíam as condições necessárias para trabalhar e inculcar em seus alunos as características identitárias escolhidas como ideais para o Brasil daquele momento.²³

Os ponta-grossenses começaram a examinar a Escola Sagrada Família como um estabelecimento educacional capaz de oferecer uma formação aos seus filhos que se

enquadrava aos seus anseios. A proposta era de uma escolarização embasada nos propósitos católicos, conservadora de uma ordem já estabelecida e vinculada a novos *sinais manifestos*. Isso pode ser entendido no fragmento selecionado das crônicas das irmãs:

No ano de 1943, no dia 25 de setembro, Ponta Grossa comemorava o dia de 'Duque de Caxias'. Foi organizada uma grande parada. Todas as escolas tomaram parte dela. Nossas crianças vestidas em uniformes pareciam muito bonitas, o que agradou a todos. Tínhamos um menino, órfão, 7 anos, Gabriel Godoi. Um Coronel do exército (...) deu ao menino uma poesia para aprender. Este poema era em homenagem a Duque de Caxias. A Irmã preparou o menino e no dia da festa o pequeno Gabriel recitou o poema, pelo microfone, diante de todo o público. (...) Gabriel declamou tão bonito que todos o aplaudiram, como também aplaudiram a Escola Sagrada Família, que consegue preparar crianças tão pequenas para recitar poesias. À noite neste dia, o presidente Manoel Ribas e o Prefeito vieram ver Gabriel e pediram que ele repetisse o poema e ele novamente falou bonito. Parabenizaram o menino e as Irmãs e partiram²⁴

Diversos aspectos podem ser analisados nesse fragmento das crônicas, a começar pelo próprio aluno. As irmãs vieram para Ponta Grossa para criarem uma escola para crianças polonesas. Exatamente dez anos após a fundação, numa comemoração em honra ao patrono do exército brasileiro, o estabelecimento de ensino era representado por uma criança negra. Nos anos iniciais utilizaram-se de passeios e apresentações artísticas para mostrar à população citadina o tipo e a qualidade de seus serviços. Em 1943, adequadas à legislação que previa que em sala de aula os professores deveriam conduzir os alunos à “admiração pelos grandes vultos e heróis do passado, [tornando-os] exemplo e motivação das novas gerações”²⁵, a escola mostrava que estava aberta a todos os *brasileiros*.

Ao mesmo tempo em que o educandário abriu suas portas para a sociedade pontagrossense, esta mesma comunidade passou a ver no *collegio polonez* uma nova escola que poderia atender as suas necessidades educacionais. Escolher um menino negro para declamar a poesia a Duque de Caxias foi uma estratégia do estabelecimento de ensino para demonstrar não apenas para a população local, mas para o interventor do Estado, o que as freiras estavam fazendo para desenvolver o civismo em seus alunos. Foi uma forma de referendar o poder do governo e continuar ganhando espaço para a Igreja Católica.

Em 1943, não existiam estudantes cantando hinos em polonês, mas cantando e declamando homenagens ao Brasil e seus patronos. Nota-se uma migração de *sinais*

capazes de identificar a escola e sua clientela, perceptíveis na presença do interventor do Paraná que foi ouvir novamente o menino declamar. Representantes de instituições distintas, um referendando o poder do outro. A Igreja não pode ser vista como subserviente ao Estado, mas capaz de apoiar o governo e evidenciar que existe e exige respeito.

A análise desse momento demonstra que o educandário estava preparando crianças para uma vida integrada a valores católicos e cívicos, pois “a Escola Sagrada Família (...) consegue preparar crianças tão pequenas”²⁶, não apenas para recitarem poesias, mas para levarem o *habitus* inculcado a todos os espaços sociais que circularem.

¹ Este texto é parte integrante do terceiro capítulo da dissertação “De católicos poloneses a pontagrossenses católicos: a Escola Sagrada Família – 1933-1945”. Orientação do Dr. Euclides Marchi.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora da Casa da Memória Paraná e professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

³ POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade** - seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p. 194.

⁴ Id.

⁵ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 85.

⁶ Ibid., p. 84.

⁷ Ibid., p. 83.

⁸ Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família, texto xerocado.

⁹ Margarida Migdalski foi entrevistada em 22 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família de 1937 a 1943, quando concluiu o 5º ano.

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 90.

¹¹ Bronildes M Zangiski foi entrevistada em 31 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família desde sua fundação (1933) até 1936, não chegando a concluir o 5º ano.

¹² Sofia Urba da Cruz foi entrevistada em 03 de junho de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família de 1942 a 1946, quando concluiu o 5º ano. Durante esse período morou na escola como aluna interna. Após o término de seus estudos continuou morando no educandário onde aprendeu datilografia. Para pagar por sua estadia realizou serviços domésticos para as religiosas.

¹³ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 66.

¹⁴ Zophia Vuytk foi entrevistada em 24 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família de 1937 a 1943, quando concluiu o 5º ano. Continuou morando na escola e auxiliando as religiosas nos anos seguintes até ter condições para entrar no noviciado da Congregação em Curitiba. Atualmente é uma religiosa da Congregação da Sagrada Família e trabalha no Colégio Sagrada Família.

¹⁵ TRINDADE, Etelvina M.^a de Castro. Op. cit., p. 96.

¹⁶ VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

¹⁷ <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

¹⁸ VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

¹⁹ BARTH, Fredrik. Op. cit., p. 194.

²⁰ Ibid., p. 188.

²¹ BRASIL. Decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros**. <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

²² SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 90.

²³ AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 35.

²⁴ Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

²⁵ TRINDADE, Etelvina M.^a de Castro. Op. cit., p. 95.

²⁶ Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.